



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS**

**RESUMO DA CENTÉSIMA OCTAGÉSIMA TERCEIRA ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA DO  
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE –  
CONANDA – REUNIÃO ORDINÁRIA**

1 Às nove horas da manhã do dia 14 de abril de 2010, no Auditório da Interlegis - Av.  
2 N2 , Anexo "E" do Senado Federal, em Brasília, deu-se início à Centésima  
3 Octogésima Terceira Assembléia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da  
4 Criança e do Adolescente – CONANDA, presidida pelo Sr. Fábio Feitosa da Silva,  
5 estando presentes os Conselheiros: Representantes de Órgãos Governamentais  
6 Titulares: Ana Angélica Campelo de Albuquerque e Melo, *Representante do*  
7 *Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)*; Carmem Silveira  
8 *Oliveira, Representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da*  
9 *República (Vice-Presidente do CONANDA/SDH/PR)*; Daniellé Fermiano dos Santos  
10 *Gruneich, Representante do Ministério do Esporte (ME)*. Os Representantes de  
11 Órgãos Governamentais Suplentes: Alessandro Ferreira dos Passos, *Representante*  
12 *da Casa Civil da Presidência da república*; Danielly dos Santos Queirós,  
13 *Representante do Ministério da Educação (MEC)*; Francisco Antonio de Sousa Brito,  
14 *Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)*;  
15 *Maria de Lourdes Magalhães, Representante do Ministério da Saúde (MS)*; Os  
16 Representantes de Órgãos Não-Governamentais Titulares: Andrea Franzini,  
17 *Representante da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil/Pastoral do Menor*  
18 *(CNBB/Pastoral do Menor)*; Ariel de Castro Alves, *Representante do Movimento*  
19 *Nacional de Direitos Humanos (MNDH)*; Carlos Eduardo Nery Paes, *Representante*  
20 *da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP)*; Djalma Costa, *Representante da*  
21 *Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (ANCED)*;  
22 *Fábio Feitosa da Silva, Representante da União Brasileira de Educação e Ensino*  
23 *(UBEE) e Presidente do CONANDA*; Glícia Thais Salmeron de Miranda,  
24 *Representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)*; Helen Crystine Corrêa  
25 *Sanches, Representante da Associação Brasileira de Magistrados e Promotores da*  
26 *Justiça, da Infância e da Juventude (ABMP)*; Marco Antônio da Silva Souza,  
27 *Representante do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua*; Maria Luíza

28 Moura Oliveira, *Representante do Conselho Federal de Psicologia (CFP)*; Maristela  
29 Cizeski, *Representante da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil/Pastoral da*  
30 *Criança*; Miriam Maria José dos Santos, *Representante da Inspetoria São João*  
31 *Bosco - Salesianos*; Tiana Sento-Sé, *Representante do Instituto Brasileiro de*  
32 *Inovações em Saúde Social (IBISS)*. Os Representantes de Órgãos Não-  
33 Governamentais Suplentes: Renata Rodrigues Flores Alve, *Representante da*  
34 *Federação Brasileira das Associações Cristãs de Moços*; Welinton Pereira da Silva,  
35 *Representante da Visão Mundial Brasil (VMB)*. **Item I: Abertura, Informes e**  
36 **Aprovação da Pauta.** 1) Síntese das deliberações e diretrizes da 8ª Conferência; 2)  
37 Encaminhamentos; 3).Oficina Política Nacional e Plano Decenal 4) Discussão sobre  
38 o diagnóstico preliminar das políticas e planos; 5) Relato das Comissões 6) Escolha  
39 da logomarca dos 20 anos do ECA; 7) Assembléia descentralizada de maio; 8)  
40 Planejamento 2010; 9) Participação do CONADA em representações externas e  
41 eventos. **Item II: Síntese das deliberações e diretrizes da 8ª Conferência.** O Sr.  
42 Jorge Kayano, Representante do Instituto Polis, apresentou os princípios e eixos da  
43 Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes no Brasil aos  
44 Conselheiros, que após deliberarem e fazer as devidas alterações aprovaram o  
45 documnto. Em seguida, o Sr. Gilbert fez uma breve exposição sobre a Cidade dos  
46 Direitos e entregou nota de agradecimento ao CONANDA, além de kit com toda a  
47 produção pedagógica da Cidade dos Direitos. Retomando a pauta, o Sr. Jorge  
48 passou à apresentação das diretrizes propostas. Porém, o Sr. Andrea Franzini  
49 questionou se aquelas diretrizes que seriam apresentadas foram tema de análise do  
50 Grupo de Trabalho criado para consolidar as propostas. Ao passo que, não sendo  
51 feita essa análise, a plenária decidiu encaminhar aquele documento proposto aos  
52 conselheirós, via meio eletrônico, no intuito de receber colaborações até o dia 26  
53 daquele mês para posterior análise do GT e conseqüente apresentação na plenária  
54 marcada para maio. Deliberou também encaminhar todo o material produzido até  
55 aquele momento ao debate com os adolescentes mobilizados pelo Fórum dos  
56 Direitos da Criança e do Adolescente.(Fórum DCA) e que o Instituto Polis entregaria  
57 o mapeamento de políticas públicas atinentes à área da criança e do adolescente  
58 para o GT até a última semana de abril, além dos itens descritores dos eixos e dos  
59 princípios da Política. **Item III: Relato das Comissões. Comissão de Mobilização e**  
60 **Formação (CMF).** A Sra. Tiana Sento-Sé informou que a comissão não esgotou  
61 toda a sua pauta, pois deu preferência ao Planejamento das Ações do Plano  
62 Decenal. Com isso, afirmou que teria continuidade o convênio firmado entre o  
63 CONANDA e a Auçuba, organização não-governamental da Rede Agência de

64 Notória dos Direitos da Infância (Rede ANDI), responsável pelo Portal da Rede  
65 ANDI. Apresentou a lista das entidades que deviam ser mobilizadas em torno da  
66 discussão do Plano Decenal e da Política Nacional, expondo que a Comissão não  
67 discutiu de que forma seria feita essa mobilização. Com isso, o Conselho deliberou  
68 que todas as entidades listadas deveriam ser mobilizadas e ficou a cargo da  
69 comissão estudar e apresentar as formas de mobilização em torno do assunto e  
70 encaminhar para as entidades tudo que já foi tratado até aquele momento sobre a  
71 Política Nacional e o Plano Decenal. Na sequência, o Conselho reajustou as datas do  
72 calendário das ações previstas em torno do Plano com a subsequente aprovação do  
73 mesmo. **Item IV: Comissão de Políticas Públicas (CPP).** A Sra. Isa Maria de  
74 Oliveira, Representante do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho  
75 Infantil e convidada da Comissão, informou que no dia 12 de junho, dia internacional  
76 contra o trabalho infantil, inspirado na Copa do Mundo, seria lançada a Campanha  
77 "Um Cartão Vermelho ao Trabalho Infantil". Relatou medida adotada pelas escolas  
78 públicas de Campo Grande/Mato Grosso do Sul, infligidas aos alunos  
79 indisciplinados, que incumbidos de executar as tarefas domésticas das escolas,  
80 ressaltando que o Fórum recriminava este tipo de medida, pelo fortalecimento da  
81 discriminação de gênero e a desvalorização da atividade doméstica. Com tanto, pôs  
82 o Fórum à disposição do CONANDA. Na Sequência, a Sra. Miriam Maria José dos  
83 Santos ressaltou a importância do envolvimento do CONANDA no dia 12 de junho e  
84 sugeriu que o slogan da campanha fosse postado no Portal da Rede ANDI e que os  
85 cartazes da campanha fossem distribuídos aos conselhos tutelares estaduais e  
86 ainda solicitou o envio de parecer do CONANDA sobre a Lei Pelé ao Congresso  
87 Nacional. O Sr. Fábio Feitosa da Silva solicitou o material impresso da campanha  
88 para levar à Reunião Descentralizada. Após, o Conselho deliberou pelo envio de  
89 ofício à secretaria de Campo Grande e acatou as propostas da Sra. Miriam Maria  
90 José dos Santos, com exceção do envio de material impresso aos Conselheiros  
91 Tutelares, por conta do dispêndio e da dificuldade de operacionalizar tal proposta,  
92 que como solução alternativa seriam disponibilizados os materiais no Portal.  
93 Continuando, a Sra. Miriam Maria José dos Santos relatou que o Ministério do  
94 Trabalho e Emprego (MTE) solicitou a retirada de dentro do Plano Nacional de  
95 Combate ao Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador a parte  
96 atinente às ações de aprendizagem, justificando que naquele Ministério seria criada  
97 uma outra instância responsável pelo trabalho para a juventude, que incluiria a  
98 temática da aprendizagem. Entretanto, Comissão Nacional de Erradicação do  
99 Trabalho Infantil (CONAETI) solicitava ao CONANDA parecer positivo ou negativo

100 pela permanência das ações de aprendizagem no conteúdo Plano. Com tanto, o  
101 Conselho deliberou pelo envio de parecer ao MTE. Em seguida, o Sr. Andrea  
102 Franzini passou a apresentar os outros pontos deliberados na Comissão. Relatou  
103 que o Plano Nacional da Primeira Infância foi apresentado pelo Sr. Vital Didonet, que  
104 relatou as intenções do mesmo, que seria transformá-lo em Lei através do  
105 Executivo; criar uma relação com os conselhos estaduais e municipais, além da  
106 Criação do Conselho da Primeira Infância. Ao passo que o Sr. Andrea Franzini já o  
107 informou que o CONANDA não aprovaria a criação de tal conselho e que faria uma  
108 revisão do Plano para sugestões e, após, fosse apresentado na Assembléia  
109 Ordinária de junho para a aprovação na plenária do Conselho, o que foi acatado  
110 pelo pleno. Após, apresentou outro ponto discutido na Comissão, a Pesquisa  
111 Nacional sobre criança e adolescente em situação de rua. As questões discutidas a  
112 respeito foram atinentes à metodologia de pesquisa, se uma pesquisa de contagem  
113 ou censitária. Ao passo que foi escolhida a segunda metodologia, por ser um  
114 levantamento quantitativo e também qualitativo. A segunda questão posta foi que o  
115 Instituto contratado para realizar esta pesquisa solicitou que a mesma fosse feita em  
116 mais de um dia, o que foi aceito, respeitando os limites do cronograma. Por último, a  
117 Instituição apontou que quatro capitais ficaram fora da abrangência da pesquisa,  
118 São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre e solicitou a inclusão das quatro e  
119 o aditivo orçamentário para a execução total da pesquisa. Em seguida, a CPP  
120 solicitou repassar para a Comissão Nacional de Acompanhamento do Plano  
121 Nacional de Convivência Familiar e Comunitária um acompanhamento par e passo  
122 da pesquisa. Informou ainda que a Sra. Leila Paivá apresentou algumas atividades  
123 realizadas a partir do Código de Conduta atinente à questão do combate a  
124 exploração sexual no contexto do turismo. Após, a Sra. Carmem Silveira Oliveira  
125 informou que a ANATEL disponibilizou o nº 125 para o Disque-Conselhos Tutelares.  
126 Para tanto, o CONANDA necessitava de uma resolução que regulamentasse o  
127 Disque. Posto isto, sugeriu a formulação da minuta de resolução à CPP. De modo  
128 que o Sr. Fábio Feitosa da Silva ponderou que esta era uma questão da Comissão  
129 de Direitos Humanos. Após, a Sra. Maristela Cizeski informou da sua participação no  
130 Encontro Sistema Único da Assistência Social (SUAS) e Sistema Nacional de  
131 Atendimento Socioeducativo (SINASE), em Curitiba/PR, representando o  
132 CONANDA, que contou também com a presença da Sra. Carmem Silveira Oliveira,  
133 representando a SNPDCA, e do Sr. Francisco Antonio de Sousa Brito,  
134 representando o MDS, além de representantes dos conselhos de direitos e da  
135 assistência social. Relatou que os CREAS de Curitiba e São Leopoldo tinham

136 dificuldades com a co-responsabilidade do financiamento e a falta de interação com  
137 os Conselhos de Direitos. Apontou que os Estados do Paraná e Rio Grande do Sul  
138 relataram que não tinham orçamento para co-financiar o atendimento de jovens em  
139 medidas sócio-educativas em meio aberto. Ao passo que a Sra. Carmem Silveira  
140 Oliveira ponderou que o CONANDA teria que discutir essa questão de forma  
141 prolongada. A Sra. Miriam Maria José dos Santos ressaltou que o atendimento de  
142 medidas sócio-educativas não deveria estar sob responsabilidade da Assistência  
143 Social e que estaria em tramitação no Congresso Projeto de Lei que transformaria o  
144 próprio SUAS em lei. Com tanto, sugeriu que o CONANDA se apropriasse desta  
145 meta no que é concernente ao Artigo 90 do ECA e as medidas sócio-educativas em  
146 meio aberto. A Sra. Ana Angélica Campelo de Albuquerque e Melo informou que a  
147 CPP do Conselho Nacional da Assistência Social (CNAS) se reuniria com a CPP do  
148 CONANDA para tratar do tema no dia seguinte. **Item V: Comissão de Orçamento e**  
149 **Finanças (COF).** O Sr. Djalma Costa relatou que a COF: discutiu o planejamento da  
150 comissão para 2010; se reuniu com a CMF para tratar do encontro das COFs  
151 estaduais; tratou do Projeto de Lei que formatiza o repasse fundo a fundo; e outras  
152 informações. Ao passo que sugeriu começar o relato da Comissão pelo tema da  
153 transferência fundo a fundo. Porém, o Sr. Fábio Feitosa da Silva solicitou que fosse  
154 socializado o tema por email para que os conselheiros pudessem contribuir com o  
155 assunto Após, informou que a Receita Federal, através da Instrução Normativa 1005,  
156 que obriga todos os fundos nacionais a terem CNPJ próprio, o que gerou muita  
157 dúvida entre os próprios conselheiros e entre os conselhos estaduais e municipais.  
158 Desto modo, para dirimir as dúvidas, o CONANDA deliberou oficiar os conselhos  
159 informando que estava analisando o tema e posteriormente enviaria um parecer, em  
160 conjunto com a SPDCA, e o CONANDA se reuniria com a Receita Federal para  
161 maiores esclarecimentos. A Comissão ainda discutiu a necessidade de  
162 monitoramento dos projetos financiados pelo Fundo Nacional da Criança e do  
163 Adolescente (FNCA) e sugeriu a discussão entre as quatro comissões do  
164 permanentes. E informou que a Resolução nº 137 foi publicada com erros na  
165 numeração dos artigos. Com tanto, O Conselho deliberou consultar a área jurídica  
166 para averiguar o método de publicação das correções. Por derradeiro, a Comissão  
167 informou também que seriam aprovados os projetos financiados com os recursos do  
168 Fundo Nacional até o final de maio do corrente ano, para posterior apresentação na  
169 Assembléia de junho. **Item VI: Planejamento 2010.** O Sr. Fábio Feitosa da Silva  
170 informou que foram sistematizadas as contribuições das Comissões Permanentes  
171 do CONANDA ao planejamento 2010, mas entendendo que não haveria tempo hábil

172 para discutir, sugeriu que fossem enviadas por e-mail para receber as contribuições  
173 dos conselheiros e ficaria a cargo dos coordenadores das comissões a devolutiva do  
174 material à Secretaria-Executiva do Conselho até o dia 30 de abril do corrente ano.  
175 Na sequência, propôs a inserção da revisão do calendário de reuniões do Conselho  
176 logo após o relato da Comissão de Mobilização e Formação. **Item VII: Comissão de**  
177 **Mobilização e Formação (CMF)**. Este, sendo feito pela Conselheira Tiana Sento-  
178 Sé, que relatou: o planejamento para 2010, que foi entregue à mesa diretora; que  
179 reuniram-se com a Comissão de Orçamento e Finanças para tratar do Encontro dos  
180 Conselhos Estaduais; reuniram-se também com representantes da Rede ANDI e a  
181 ONG Auçuba, de Recife, responsável pela atualização do Portal da Rede ANDI, a  
182 veiculação de boletim, a criação do blog da infância; a definição de estratégias de  
183 mobilização para o Plano Decenal, que não foi feito; o planejamento para a  
184 realização da reunião descentralizada do CONANDA. Em seguida, o Conselho  
185 deliberou e aprovou a pauta da reunião descentralizada a ser realizada em Porto  
186 Velho/Rondônia. Antes de passar à apresentação do relatório da Comissão de  
187 Direitos Humanos, o CONANDA passou à análise do **Item VIII: Calendário de**  
188 **Reuniões**. O Sr. Fábio Feitosa da Silva lembrou que na reunião anterior ficou  
189 decidido que o CONANDA teria dali por diante dois dias e meio de reunião, um meio  
190 dia para a reunião das comissões, um dia inteiro para a oficina em torno do Plano  
191 Decenal e o outro dia para as deliberações da plenária. A Sra. Carmem Silveira  
192 Oliveira sugeriu manter o calendário de dois dias e se, eventualmente, for  
193 necessário seriam ampliada o tempo de reunião para mais uma metade de dia.  
194 Após, manifestações e posto em regime de votação foi aprovada a proposta de  
195 realização das reuniões com dois dias. Com tanto, foi dado sequência ao relato das  
196 comissões. **Item XIX: Comissão de Direitos Humanos (CDH)**. A Sra. Ana Angélica  
197 Campelo de Albuquerque e Melo apresentou o planejamento feito pela Comissão,  
198 que incluiu a revisão do Regimento Interno do CONANDA, que dependia ainda da  
199 contratação de consultoria; a criação de Grupo de Trabalho para a Revisão da  
200 Resolução nº137 deste conselho; a nota pública de pesar ao caso dos adolescentes  
201 desaparecidos em Luziânia/GO. Na sequência, leu aos demais a minuta de  
202 resolução que cria o grupo temático para a revisão da Resolução nº113 do  
203 CONANDA. Na sequência, o Conselho passou à análise e aprovação da nota  
204 pública de pesar pela morte dos adolescentes de Luziânia. Em seguida, o Sr. Djalma  
205 Costa informou que a Juíza Cláudia Greco Boza Pessoa reiterou solicitação ao  
206 CONANDA de relatórios da comissão formada através da nota pública sobre o caso  
207 dos adolescentes assassinados em Ribeirão Pires/São Paulo. Deste modo, a

208 Secretaria-Executiva ficaria a cargo de sistematizar o material a respeito desse item.  
209 A Sra. Ana Angélica Campelo de Albuquerque e Melo informou que a Sra. Maria  
210 Luiza Moura Oliveira sugeriu uma homenagem às mães das vítimas de Luziânia. Por  
211 último, informou que alguns conselheiros questionaram se o CONANDA garantia a  
212 gratuidade da participação deles no Congresso da ABMP, além de alguns conselhos  
213 estaduais e municipais. Ao passo que o Conselho deliberou que o CONANDA  
214 garantiria a participação de quatro conselheiros representantes de cada comissão,  
215 além do seu Presidente. Na sequência, o Sr. Fábio Feitosa da Silva leu as  
216 indicações dos representantes às comissões permanentes do Conselho e também o  
217 nome dos representantes indicados ao Grupo de Trabalho Interministerial: Fábio  
218 Feitosa da Silva, Raimunda Núbia Lopes da Silva, Maristela Cizeski e Maria Luiza  
219 Moura Oliveira, além dos representantes da SDH, MS, MEC, MTE, MPOG, MF e MJ.  
220 Informou, por último, que os outros pontos de pauta seriam encaminhados por email  
221 para observações. Com tanto e nada mais havendo a ser tratado, encerrou a  
222 reunião.